



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**AVALIAÇÃO DO APOIO A CADEIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA –
ESTUDO DE CASO - LIRA**

Por

NELUCE MARIA ARENHART SOARES

NAZARÉ PAULISTA, 2024



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**AVALIAÇÃO DO APOIO A CADEIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA –
ESTUDO DE CASO - LIRA**

Por

NELUCE MARIA ARENHART SOARES

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

**RAFAEL CHIARAVALLOTI
MARCELO LIMONT
FABIANA PRADO**

AGRADECIMENTOS

Tenho uma gratidão imensa a todos que de diversas formas se envolveram com a realização deste trabalho. Mas queria destacar.

A todos os parceiros que fazem parte da Rede LIRA com quem aprendo muito e com generosidade disponibilizam as informações e saberes e pelo seu modo de vida, mantêm a floresta em pé.

A equipe do LIRA Fabiana, Angela, Leticia, Nailza, Beatriz, Gustavo, Hercules e Laura que demonstram que o trabalho em equipe traz resultados sólidos num projeto tão complexo como o LIRA. é possível um projeto tão complexo ter tantos redos LIRA que A Gordon and Betty Moore Foundation e ao Fundo Amazônia/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pela parceria e pelos investimentos que contribuem para a concretização do LIRA.

Ao meu companheiro Marcos que sempre me incentivou e acreditou no meu potencial. Ao Rafael, Marcelo e Fabiana que me orientaram nesse trabalho, sendo muito compreensivos e generosos nas adaptações necessárias.

A Cristiana, Rosângela, Rose e todos os professores da ESCAS que recebi tanto carinho e aprendi muito.

A ESCAS que pela forma de trabalho possibilita a transdisciplinaridade dos conhecimentos e pela bolsa de estudos que apoiou no financiamento para conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
2.1 - Economias da Sociobiodiversidade na Amazônia	10
2.1.1 - Cadeias da sociobiodiversidade	12
2.1.2 - Gestão para o associativismo e para o território	15
2.1.3 – Estudo de caso - LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica	16
3. METODOLOGIA	20
3.1 - Ações	23
3.2 – Tipos de despesa	24
3.3 – Cadeias produtivas	25
3.4 – Articulação.....	25
3.5 – Circulação da economia local	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1 – Castanha	27
4.1.1 – Desafios	29
4.1.2 – Oportunidades.....	29
4.1.3 – Caso LIRA	30
4.2 – Cacau	31
4.2.1 – Desafios	33
4.2.2 – Oportunidades.....	33
4.2.3 – Caso LIRA	34
4.3 – Turismo	34
4.3.1 – Desafios	37
4.3.2 – Oportunidades.....	37
4.3.3 – Caso LIRA	37
5. CONCLUSÕES.....	38

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é fundamental para o equilíbrio climático do planeta e que segundo dados do PRODES, está ameaçada com o avanço dos índices de desmatamento e crescentes disputas fundiárias.

As áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas, são ferramentas fundamentais e uma das mais efetivas formas de redução do desmatamento, pois formam uma barreira de proteção contra o desmatamento, atividades ilícitas como garimpo, e especulação imobiliária. No entanto, essas áreas precisam ser geridas de forma efetiva para alcançar seus objetivos de criação, minimizar os conflitos sociais no território e fortalecer o processo de redução das emissões associadas à mudança do uso do solo.

Além disso é importante o promover o fortalecimento institucional das organizações locais que atuam diretamente sobre estes territórios, gerando autonomia e protagonismo para o desenvolvimento local, manutenção dos modos de vida, da floresta em pé e melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto, o LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica foi idealizado para aumentar a efetividade de gestão das áreas apoiadas, tornando-as capazes de cumprir seus objetivos de criação e promover a conservação da biodiversidade, serviços ecossistêmicos, dos modos de vida das comunidades e povos tradicionais (PCTs).

O LIRA é um arranjo colaborativo institucional de apoio a projetos que fomenta ações em terras indígenas e unidades de conservação da Amazônia, nos temas de: planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) ou de manejo; mecanismos de governança; uso sustentado dos recursos naturais; sistemas de monitoramento e proteção; integração com desenvolvimento regional e fortalecimento das políticas públicas.

Este estudo tem como objetivo de avaliar as diferentes formas de apoio promovidas pelo LIRA em relação as cadeias produtivas da sociobiodiversidade nas quais atuam os projetos beneficiados. Estas atividades fazem parte, principalmente, do tema 'Uso Sustentado dos Recursos Naturais', que tem como objeto o fortalecimento e apoio à estruturação de 13 cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A riqueza biodiversa da Amazônia é o fruto de uma complexa interação entre fatores climáticos, geológicos e de ecossistemas que evoluíram ao longo de milhões de anos. A região foi inicialmente habitada por povos indígenas originários, cuja presença ancestral se traduziu na dispersão de sementes, na seleção de espécies e na coexistência sustentável, em uma relação não predatória com o ambiente. Nos últimos séculos de colonização europeia e, mais especificamente, nas últimas décadas, a Amazônia e suas comunidades locais têm enfrentado transformações profundas e frequentemente destrutivas.

Essa ocupação humana recente foi influenciada por políticas públicas baseadas em um modelo bastante reducionista do que deveria ser o desenvolvimento econômico para a região. O esforço militar de 'integrar a Amazônia ao Brasil' gerou eixos de ocupação desordenada que, com frequência, resultaram em desmatamento descontrolado, expulsão de povos tradicionais e alterações acentuadas na economia local. As reais necessidades de seus povos e da floresta foram desconsideradas destes processos.

Soares, Pereira e Pucci (2021) identificam a ocupação irregular de terras, a exploração ilegal de madeira, a extração ilegal de ouro e o crescente envolvimento da região nas rotas internacionais de tráfico de drogas como principais atividades ilegais impulsionadoras da violência e dos crimes ambientais na região. Segundo os autores, mudanças na regulação desses mercados e a incapacidade estatal de monitoramento e punição impactam diretamente a incidência de ilegalidade e violência na Amazônia Legal.

A geografia diversa e as enormes distâncias na Amazônia impõem grandes desafios logísticos a seus habitantes. Seus principais meios de acesso - hidrovias, estradas e transporte aéreo - enfrentam problemas crônicos pela precariedade de suas infraestruturas. Essa realidade encarece os custos logísticos, isola comunidades e

impacta o acesso a serviços públicos básicos, exigindo investimentos significativos em infraestrutura e soluções adaptadas para superar esses desafios e promover o desenvolvimento sustentável na região.

A Amazônia desempenha um papel vital na mitigação das mudanças climáticas em função de sua grande capacidade de armazenar e capturar carbono da atmosfera. A interação entre a biodiversidade, o ciclo hidrológico e a cobertura florestal amazônica influencia diretamente os padrões climáticos regionais e globais. A precipitação de chuvas e a estabilidade de seu ciclo hidrológico é crucial para a agricultura do Centro-Oeste brasileiro e para toda sorte de atividades econômicas desempenhadas no restante do país.

As populações amazônicas enfrentaram desafios significativos durante a gestão do Governo Federal entre os anos de 2019 a 2022. O período foi marcado por políticas que enfraqueceram a proteção de suas terras e direitos, somados à gestão negacionista sobre o enfrentamento da Pandemia da Covid-19. A flexibilização das leis ambientais, o discurso anti-indígena e os cortes em investimentos para a demarcação de terras e de áreas protegidas contribuíram para a intensificação de conflitos territoriais e ameaças às integridades física e cultural de seus povos. Como exemplo, a TI Uru eu aw localizada em Rodônia foi invadida por grileiros para instalação de garimpo, com o assassinato de lideranças indígenas. Com a redução do orçamento a fiscalização dos órgãos competentes não acontece e as comunidades ficam vulneráveis e são cooptadas para realizar as atividades ilícitas.

O novo Governo que assumiu em 2023 sinaliza uma virada positiva nos rumos da política ambiental - tendo recriado importantes mecanismos de controle e gestão dessas áreas, além do inédito Ministério dos Povos Indígenas. Apesar dessa tendência pelo maior cuidado ao território e suas populações, a conjuntura atual é ainda bastante crítica e demanda a atuação efetiva de todos os atores alinhados à sua conservação.

A complexidade das realidades vividas nas várias regiões da Amazônia demanda uma abordagem global. Compreender os fatores que influem sobre as cadeias produtivas da

sociobiodiversidade é fundamental para as ações que visam garantir a permanência justa, pacífica e sustentável das populações tradicionais em seus territórios. Equilibrar desenvolvimento econômico com preservação ambiental - respeitando os direitos das comunidades tradicionais - requer políticas integradas e cooperação entre diferentes atores. A busca por soluções sustentáveis é essencial para garantir um futuro equitativo e próspero não apenas para a Amazônia, mas para o planeta como um todo.

As economias da sociobiodiversidade devem ser observadas em seus contextos históricos, políticos e regulatórios. E as populações tradicionais detêm conhecimentos ancestrais sobre o uso sustentável da terra e dos recursos naturais, oferecendo perspectivas para um manejo mais equilibrado do solo e atividades produtivas em harmonia com o ambiente.

2.1 - Economias da Sociobiodiversidade na Amazônia

O termo bioeconomia tem ganho relevância no debate ao tratar a promoção de bens e serviços a partir de premissas mais justas sobre cadeias econômicas que fazem circular produtos originados da biodiversidade. No entanto, o estudo bibliométrico de Bugge, Hansen e Klitkou (2016) sugere que não há consensos na literatura sobre uma definição única para a bioeconomia - e destaca três principais abordagens observadas.

As duas primeiras abordagens se correlacionam ao enfatizarem o uso intensivo de ciência básica e pesquisa para o desenvolvimento de biotecnologias e bio recursos. São exemplos dessas abordagens a genética, componentes farmacêuticos e engenharia materiais, biocombustíveis e o aumento da produtividade no agronegócio. Ambas as abordagens não teriam preocupações genuínas com a conservação da biodiversidade e com a mitigação das mudanças climáticas.

Os autores destacam, por fim, a abordagem ecológica enquanto aquela que considera maior grau de conservação dos ecossistemas como necessariamente atrelados à qualidade de vida das populações que vivem em seus territórios. São amparadas no

comércio justo e em soluções baseadas na natureza. Não são intensivas no uso de tecnologias de ponta, mas têm se baseiam em conhecimento transdisciplinar sobre a sustentabilidade e autonomia das populações. Esta última abordagem se aproxima mais do que tratamos aqui como cadeias da sociobiodiversidade.

As duas primeiras abordagens ainda olham para a produção local sob perspectivas do pensamento e da ciência ocidental, brancas e capitalistas. Mas também fomentam ecossistemas de inovação, arranjos e pesquisas que se interseccionam com as cadeias da sociobiodiversidade. E compartilham alguns de seus pressupostos pela proteção da biodiversidade.

Neste trabalho vamos focar na produção local na Amazônia e ss ferramentas que serão utilizadas para observar as cadeias da sociobiodiversidade se diferem significativamente daquelas utilizadas para cadeias produtivas tradicionais. Suas premissas não se restringem às relações de mercado que estamos habituados. Nas economias da sociobiodiversidade, os pressupostos que regem a circulação de bens e serviços, coisas e trabalhos, são fundados sob premissas mais abertas à coletividade, reciprocidade e bem-estar da natureza.

Por isso, outros aspectos qualitativos devem ser trazidos à tona. Estes se relacionam a maior segurança física e fundiária, governança pautada pela autogestão, instrumentos adequados para a subsistência, preservação da fauna e da flora e a manutenção dos ciclos hidrológicos. A qualidade de vida de quem reside nos territórios é necessária à conservação das florestas.

Assim, os resultados econômicos das cadeias da sociobiodiversidade não podem ser medidos pelos indicadores usuais como renda, faturamento ou postos de trabalho. Essas atividades produtivas têm como resultado secundário o provimento de serviços ecossistêmicos. A viabilidade econômica dos empreendimentos que atuam nessas cadeias requer subvenções públicas e privadas para compensar uma valiosa fatia de seus trabalhos que não é remunerada quando comercializam sua produção.

Não podemos, portanto, tratar essas economias como meras produtoras de commodities, como sugerem as teorias econômicas mais influentes, do mainstream acadêmico. É certo que não haverá um único modelo econômico ‘vencedor’. Gibson-Graham (2008) afirmam que devemos apostar na soma e na interação de diferentes modelos econômicos, que defendem a experimentação sobre dinâmicas de trocas não hegemônicas. As autoras nos convidam a tornar críveis as práticas que partam de princípios de resiliência, equidade e justiça socioambiental e que satisfazem necessidades, regulam o consumo, geram excedentes e expandem os Comuns. Essa pluralidade de experiências, que se baseiam em comportamentos de mutualidade e coletividade, seriam experimentos em diversidade econômica. Assim como sociedades, formas de vida e ecossistemas, as economias também se tornam mais resilientes ao se diversificarem.

2.1.1 - Cadeias da sociobiodiversidade

A sociobiodiversidade enquanto conceito prático é relativamente recente. Podemos observá-lo sendo empregado em diferentes contextos, como na elaboração de políticas públicas, em ações de planejamento e publicações técnico-científicas e na redação de projetos de apoio e fomento às suas práticas. Essa abordagem reconhece a interdependência entre a diversidade biológica (fauna e flora), social e cultural presentes na Amazônia, considerando as diferentes formas de vida e as relações sociais estabelecidas entre elas (VIEIRA, 2020). A sociobiodiversidade destaca a relevância dos conhecimentos e práticas desenvolvidos por comunidades tradicionais ao longo de gerações para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e para o desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

As cadeias produtivas da sociobiodiversidade representam sistemas econômicos baseados no uso sustentável da biodiversidade e da cultura local, envolvendo ativamente outras comunidades locais. Valorizam a diversidade biológica e cultural,

buscando a conservação dos ecossistemas e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas. Essas cadeias englobam a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos como alimentos, medicamentos, cosméticos e artesanatos, que são elaborados com base em conhecimentos tradicionais e técnicas ancestrais aliadas ao conhecimento científico apropriado.



Figura 1: Exemplos de cadeias produtivas da sociobiodiversidade

Também promovem a geração de renda, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões onde estão inseridas. As técnicas adotadas tendem a favorecer a conservação da biodiversidade, uma vez que estimulam práticas de manejo sustentável

dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas locais. As atividades produtivas desempenhadas por essas comunidades são sempre diversificadas, por isso dizemos que praticam a pluriatividade econômica.

Uma pesquisa realizada pela The Nature Conservancy (TNC), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Natura (TNC, 2022) analisou 30 produtos da sociobiodiversidade no Pará - em todas as etapas de suas cadeias produtivas. O estudo apontou que o PIB gerado por essas cadeias foi de R\$ 5,4 bilhões no ano de 2019 - quase três vezes maior do que o registrado pelas estatísticas oficiais do IBGE. É estimado que estas cadeias produtivas tenham gerado cerca de 224 mil empregos.

A pluriatividade econômica é caracterizada pela combinação de diversas atividades, agrícolas e não agrícolas, por uma mesma família ou grupo coletivo (VIEIRA, 2020). Essa pluriatividade também serve como forma de diversificação das fontes de renda e requer competências gerenciais comuns e complementares, de modo a garantir maior segurança alimentar e financeira para as comunidades. São exemplos dessa complementaridade, o beneficiamento do ouriço da castanha para produção de artesanatos, a confecção de biojóias a partir de resíduos produtivos e o oferecimento de serviços de turismo de base comunitária (ecoturismo, etnoturismo, etc.) a partir dos bens simbólicos e materiais produzidos nas comunidades. Em muitos casos, as atividades econômicas distintas são exploradas por observação da complementaridade, ganhos de escala e alguma conveniência.

Mas essas organizações enfrentam desafios comuns à toda atividade produtiva na Amazônia, como o isolamento geográfico, a dispersão das comunidades, insegurança fundiária, baixa assistência técnica, cadeias longas com múltiplos intermediários e mercados de nicho com demanda instável. Cada comunidade e região possui suas especificidades, o que dificulta a padronização dos produtos, a escalabilidade e a integração com centros urbanos, tornando essencial o desenvolvimento de estratégias

flexíveis e adaptáveis para impulsionar o sucesso das iniciativas da sociobiodiversidade em diferentes contextos amazônicos.

2.1.2 - Gestão para o associativismo e para o território

O associativismo desempenha um papel essencial na promoção da autogestão, autonomia e preservação cultural das comunidades que residem na Amazônia. As associações de base permitem que as comunidades locais se concentrem na gestão de seus territórios, discutam estratégias para enfrentar desafios e elaborar planos de ação concretos. Ao se organizarem, elas podem implementar estratégias conjuntas para monitorar, preservar e defender suas terras contra invasões, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e outras ameaças externas.

A promoção de espaços de encontros e trocas ajuda a preservar suas culturas, identidades, tradições e conhecimentos ancestrais. Ao unirem forças, essas comunidades podem compartilhar e preservar suas línguas, práticas religiosas, artesanato, medicina tradicional e outras manifestações culturais que são fundamentais para sua identidade. São importantes espaços para o engajamento da juventude e formação de lideranças.

Os projetos apoiados pelo LIRA são executados pelas próprias organizações locais, formalmente constituídas, que ocupam as áreas de conservação. Essas organizações apoiadas representam, em geral, coletivos de populações indígenas, quilombolas e extrativistas que se unem com finalidades produtivas, de vigilância territorial e de fortalecimento institucional. Territorialmente, representam diferentes núcleos de famílias que residem em uma mesma Unidade de Conservação.

O associativismo para estas comunidades é quase imperativo. Segundo os dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, muitas dessas organizações passam a desempenhar papéis de assistência e gestão territorial, como no caso de cadastro de populações tradicionais, recebimento de títulos de concessão, outorga de autorizações

de uso e o estabelecimento de mecanismos de fiscalização socioambiental em sua área de competência. Essas associações ainda se qualificam para acessar políticas públicas, editais de subvenção, financiamento de fundações privadas e muitas outras possibilidades de atuação.

A formalização dessas entidades foi obrigatória para participação no LIRA. A função de gerenciar estes projetos demanda maiores trabalhos burocrático, legal, financeiro, contábil e administrativo - e que muitas vezes não são de pleno domínio da gestão da organização. Por isso o LIRA empreende esforços para a capacitação em gestão. Essa necessidade por maior formalização também impulsiona o funcionamento e fortalecimento político e institucional dessas organizações - aumentando sua capacidade de negociar com governos, clientes, ONGs e outras entidades.

2.1.3 – Estudo de caso - LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica

O LIRA é uma iniciativa idealizada pelo IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Fundo Amazônia e Fundação Gordon e Betty Moore, parceiros financiadores do projeto. Os parceiros institucionais são o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio.

O território do projeto potencial é de aproximadamente 80 milhões de hectares que abrangem 86 áreas protegidas agrupadas em seis blocos: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre. Aproximadamente 34% do território das áreas protegidas da Amazônia, considerando 20 UCs Federais, 23 UCs Estaduais e 43 Terras Indígenas, nas regiões dos seis blocos.

A estratégia de implementação do LIRA atua em três níveis:

- I. Local: Atende à demanda local, com ações construídas de baixo para cima, respeitando o conhecimento e as necessidades da região por meio de apoio financeiro a projetos;
- II. Regional: Opera em esfera regional, potencializando temas relacionados aos instrumentos de gestão, por meio de eventos, estudos e redes de integração;
- III. Sistêmico: Atua de maneira sistêmica, com articulação e fortalecimento de órgãos públicos, como ICMBio, SEMAs e FUNAI, que são responsáveis pela gestão de áreas abarcadas. Por meio de capacitação de gestores, infraestrutura para gestão do conhecimento e alinhamento de prioridades, buscamos sustentação para que o trabalho possa se manter contínuo.

O apoio local às organizações é feito por meio de editais de chamadas públicas. Atualmente são apoiados ao todo 50 projetos, com R\$ 46 milhões em investimentos, que atingem 58 milhões de hectares protegidos, referentes a 59 áreas protegidas, sendo 30 unidades de conservação (13 UCs federais e 17 Ucs Estaduais) e 29 terras indígenas, localizadas em 62 municípios e com o impacto direto de 50 mil pessoas beneficiadas (populações extrativistas e indígenas).

Assim foi formada a Rede LIRA, uma rede das organizações envolvidas nos projetos apoiados. Até agora são 125 instituições, que se dividem em 33 associações comunitárias, 37 associações indígenas, 7 cooperativas, 20 ONGs, 13 instituições governamentais, 9 instituições de pesquisa e 6 empresas.

Os projetos apoiados atuam em duas frentes distintas. Na sua primeira frente de atuação estão arranjos integradores e, em sua segunda frende o Fundo Lira. Os arranjos integradores englobam 9 projetos, que envolvem 23 associações indígenas, 14 instituições de pesquisa, 6 empresas, 20 associações comunitárias, 9 instituições governamentais, 3 cooperativas e 19 instituições da sociedade civil.

Em sua segunda frente, o IPÊ apoia 41 projetos de instituições locais, comunitárias e indígenas que implementam ações complementares que promovem a participação social na gestão do território e a bioeconomia.

O fortalecimento destas organizações ocorre pela própria participação no projeto, ao permitir que atuem com autonomia e que experimentem - muitas delas pela primeira vez - a captação e gestão de recursos externos. Para aprimorar suas práticas de gestão, foram realizadas capacitações técnicas e gerenciais, com acompanhamento próximo de consultores e da equipe LIRA. Ademais, foram estabelecidos arranjos institucionais que envolveram organizações diversas em tamanho, atuação e história. Mas que possuem objetivos comuns pela consolidação sustentável das áreas protegidas na Amazônia.

Além de promover ações de gestão integrada entre organizações, vinculadas às seguintes ações:

1. Capacitação de gestores públicos e lideranças comunitárias, organizar fóruns de discussão para fortalecer as políticas públicas vinculadas à gestão de áreas protegidas, além de eventos e intercâmbios entre os parceiros dos projetos apoiados.
2. Elaboração de planos de promoção socioeconômica que têm a intenção de fortalecer as cadeias de valor da sociobiodiversidade de forma regional e integrada, com o objetivo de identificar as principais oportunidades e gargalos para inserção econômica das populações locais na economia regional.
3. Adaptação de tecnologias para o uso em ações de monitoramento de biodiversidade e proteção das áreas protegidas, para potencializar iniciativas que já existem e que podem ser ampliadas.
4. Avaliação e monitoramento da efetividade da gestão e dos indicadores de impacto.
5. Comunicação como ferramenta de apoio para a expressão, visibilidade e integração das ações entre todos atores envolvidos do projeto. Serão realizados

eventos que promovam o fluxo e fluidez das informações, potencializando o alcance de diversas vozes que constituem a Amazônia sobre a causa e a importância das áreas protegidas.

3. METODOLOGIA

No cotidiano destas organizações, ações produtivas, de gestão da coletividade e do território se sobrepõem. Na prática do trabalho organizativo, é comum que as mesmas pessoas participem e organizem o planejamento da produção, gerenciem o beneficiamento, articulem as compras de insumos e vendas dos produtos, realizem a prestação de contas e executem ações de vigilância e monitoramento.

È possível observar a seguir, as ações promovidas no âmbito do LIRA são executadas a muitas mãos. Mãos essas que pertencem aos moradores dessas comunidades, aos gestores das associações que os representam, aos participantes das cadeias produtivas justas e, claro, à floresta.

E as ações desenvolvidas tendem a cumprir múltiplas funções. A tarefa de contabilizar a produção, em geral, emprega as mesmas pessoas, dados e materiais utilizados na prestação de contas da associação e nas ações de monitoramento. Da mesma forma, os veículos que transportam a produção em suas várias etapas também servem de apoio para levar comunitários a equipamentos públicos e para realizar ações de vigilância.

Portanto, a sistematização feita é somente uma das diversas formas possíveis de apresentar o impacto econômico proporcionado pelo LIRA. Assim, precisaremos simplificar e padronizar parte da riqueza que caracteriza a implantação destes projetos. Para contornar parte deste desafio, apresentaremos também relatos das experiências dos projetos que participam das cadeias da sociobiodiversidade.

Assim, para tornar os impactos promovidos pelo LIRA mais visíveis, convém separar as ações dos projetos de acordo com suas etapas produtivas (produção, beneficiamento e comercialização) e de governança (gestão da organização e dos territórios).

A etapa de **produção** é caracterizada por ações de planejamento produtivo, preparo de solo, plantio, manejo e colheita. Para o caso de culturas extrativistas - como, por exemplo, na borracha, castanha e pirarucu - maior ênfase é dada às atividades de manejo e colheita.

A etapa de **beneficiamento** consiste no processamento dos produtos a fim de que garantam maior valor agregado. Pode ser composta por processos de estocagem, acondicionamento, separação, secagem, moagem, embalagem e técnicas específicas de cada produto e cadeia tratados.

Por fim, a etapa de **comercialização** é caracterizada pelo ato de levar a produção comunitária ao mercado. A depender da cadeia e da forma final do produto beneficiado, os mercados e públicos alvo irão variar. A comercialização pode envolver a venda direta a consumidores finais, o comércio a uma vasta gama de atravessadores (alguns justos, outros nem tanto). Ações de marketing, precificação e logística se inserem nesta etapa.



Figura 2: Esquema do modelo de análise

A partir da contextualização e do modelo de análise proposto, podemos inferir algumas categorizações sobre custos e investimentos promovidos pelo LIRA. Os dados utilizados neste estudo provêm, principalmente dos:

- Orçamento dos projetos: planilhas de despesas enquanto representação das demandas por incrementos produtivos nas cadeias;
- Planos de trabalho: detalhamento do escopo de operação dos projetos, com cronograma de execução financeira e entregas de produtos.
- Questionário de avaliação organizacional: aspectos sobre a qualidade de gestão organizacional e produtiva;
- Publicações e pesquisas IPÊ: Planos de Promoção Socioeconômica (PPSEs), mapeamento de negócios comunitário, Séries Técnicas;
- Materiais secundários: estudos setoriais e regionais sobre as cadeias produtivas da sociobiodiversidade tratadas e estudos temáticos sobre os contextos socioeconômicos onde se situam os projetos.

Os projetos executados no âmbito do LIRA foram redigidos pelas organizações de base e com apoio de instituições parceiras variadas. Mais importante, os planos de trabalho e as ações planejadas foram elaborados a partir de consultas participativas às comunidades atendidas. Por isso, podemos dizer que as ações executadas por essas organizações representam demandas dessas populações.

Em comum acordo entre os atores envolvidos, os projetos apoiados são organizados a partir de um cronograma de entrega de produtos pré-estabelecidos - por exemplo.: capacitação em etnogestão contábil, protocolo de consulta para plano de uso, obra de unidade de beneficiamento de castanha, ações de vigilância e monitoramento, etc.

Os dados apresentados neste estudo constituem categorizações das despesas realizadas no âmbito dos projetos apoiados. Além da categorização por Etapas Produtivas, as despesas podem também ser categorizadas segundo (i) Ações, (ii) Tipo

de Despesas, (iii) Cadeias, (iv) Blocos Regionais, (v) Articulação e (vi) Circulação Local.

3.1 - Ações

Estes produtos são compostos por atividades, as sub-etapas previstas para sua conclusão. São exemplos de atividades: treinamentos para operacionalização, oficina de construção do protocolo, instalação de micro usina e mobilização das famílias. As atividades, por fim, são subdivididas em Ações. Constituem tipos de ação planejada e promovida pelas associações no âmbito de seus projetos. Podem ser materiais ou intangíveis, a depender dos recursos necessários para a execução dos produtos e atividades. Podem ser classificadas conforme as definições a seguir:

- Máquinas, equipamentos e outros bens: Máquinas, equipamentos e outros bens de médio e grande porte utilizados, principalmente, para atividades de produção e beneficiamento. Constituem ativo imobilizado, de caráter permanente e durável, passível de depreciação;
- Veículos: Veículo automotor (automóveis, motocicletas, quadriciclos, barcos, etc.) ou despesas diretas com manutenção de veículo. Pode possuir finalidade designada previamente (monitoramento ou produção/distribuição) mas acaba por servir a múltiplos usos (incluindo o transporte dos próprios comunitários). Constituem ativo imobilizado, de caráter permanente e durável, passível de depreciação;
- Obras civis e instalações: Construção, ampliação ou reforma de unidades para beneficiamento ou armazenagem de produtos da agricultura familiar e do extrativismo. Inclui intervenções para construção ou melhoria de espaços comunitários e implantação de energia solar off grid;
- Capacitação: Realização de cursos (técnicos e de gestão), oficinas, eventos para melhoria das atividades desempenhadas pela associação. Inclui a distribuição de material didático técnico (impresso e audiovisual);

- Planejamento: Ações de Planejamento Produtivo (plano de manejo, plano de negócios, acordos de comercialização, regimentos coletivos locais, etc.) ou Territorial (PPGTAs, ordenamento territorial, articulação, etc);
- Insumos: Itens consumíveis ou de baixa durabilidade; matéria-prima, ferramentas, mudas, combustíveis, diárias, material de escritório, energia elétrica, etc. São custos operacionais;
- Publicação: Publicação e/ou impressão de cartilhas, estudos, relatórios, planos e material gráfico em geral. Quando especificado, pode visar ações de publicidade para comercialização;
- Consultoria: Serviços de apoio técnico (assistência técnica e extensão rural e florestal) ou administrativo (contábil, jurídico, comunicação, mercadológico, financeiro, etc.) executado por profissional externo;
- Recursos Humanos: Recursos humanos internos responsáveis pela gestão do projeto e/ou pela execução dos produtos;
- Monitoramento: Ações de monitoramento da biodiversidade e vigilância territorial.

3.2 – Tipos de despesa

As despesas podem ser classificadas de acordo com as categorias de custos operacionais e investimentos. Custos operacionais representam despesas correntes para manutenção de suas atividades como, por exemplo, despesas com recursos humanos, combustíveis, mudas, ferramentas de baixa durabilidade, etc. Investimentos são despesas com ações que incrementam, melhoram e/ou consolidam as atividades das associações. Podem significar aumento de produtividade e capacidade instalada e agregar valor. São exemplos de investimentos: cursos e capacitações, consultorias técnicas, maquinários e obras. As categorias de despesas são classificadas a partir dos tipos de ações:

- Custos operacionais relacionadas as ações de Insumos; Recursos humanos; Monitoramento.

- Investimentos relacionadas as ações de Máquinas, equipamentos e outros bens; Veículos; Obras civis e instalações; Capacitação; Planejamento; Consultoria; Publicação

3.3 – Cadeias produtivas

O LIRA apoiou 15 cadeias produtivas: açaí, artefatos de madeira, artesanatos, borracha, cacau, castanha, cosméticos, cumaru, frutas, madeira, mandioca (farinha), pimenta, pesca, pirarucu e turismo, mas neste trabalho apresentará os resultados das cadeias da castanha, cacau e turismo. Foram ainda classificadas despesas com subsistência (ações que visam o consumo pela própria comunidade) e sistemas agroflorestais (técnica de consorciamento para culturas variadas).

3.4 – Articulação

Toda oficina, consulta ou dinâmica realizada significa também, em maior ou menor grau, a promoção de encontros, trocas de saberes entre os beneficiários e fortalecimento da coletividade. Há ainda produtos que são desenhados exclusivamente para a promoção de encontros regionais que visam a articulação entre associações e comunidades de diferentes áreas protegidas.

3.5 – Circulação da economia local

É possível identificar nas planilhas orçamentárias algumas despesas que representam uma inversão direta de recursos nas comunidades, ou seja, o recurso vai direto para o comunitário/ indígena e deste modo fomenta a circulação de recursos e dinamiza a economi local. São alguns exemplos: diárias para indígenas, fretamentos, cozinheiras, contratação de recursos humanos locais, alguns insumos como bens de consumo duráveis e sementes coletas, etc.

Como já explicitado, as informações que serão analisadas são limitadas pelos tipos de fontes de dados disponibilizadas e pela necessária padronização do modelo proposto. A utilização das despesas enquanto uma aproximação das demandas locais representa expectativas por certos benefícios almejados pelos comunitários por meio de produtos, atividades e ações. Assim, é esperado que muitos dos impactos positivos do projeto não sejam traduzidos em números. Isso ocorre pois (i) o LIRA é recente, (ii) as associações não detém das ferramentas de gestão mais adequadas, (iii) as propostas de avaliação e metrificação desses indicadores ainda são incipientes, mas talvez, principalmente, porque (iv) a maior parte do que estes projetos proporcionam à população mundial por meio de serviços ecossistêmicos não é quantificável. É incomensurável.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para cada cadeia, é apresentado a contextualização, desafios e oportunidades. Quando relevante e notório, trazer as particularidades da cadeia nos casos específicos; gráficos sobre os investimentos do LIRA (valores, ações, etapas...); relato de projetos bem-sucedidos, etc.

4.1 – Castanha

A cadeia da castanha é longa. Sua origem é pulverizada e passa por muitas mãos até chegar ao consumidor final, também, bastante descentralizado. A produção é realizada por populações extrativistas, e apenas uma pequena parte das castanheiras é cultivada. Os castanhais são encontrados, geralmente, em grupos e em áreas longínquas das florestas. Os extrativistas chegam a permanecer por meses na floresta para a atividade de coleta, em condições bastante árduas de trabalho. No entanto, quando executada adequadamente, a atividade extrativista ajuda na manutenção das castanheiras e das florestas do seu entorno, na dispersão das sementes, na vigilância e gestão territorial.

A castanha é um produto que pode tanto ser consumido in natura como atingir diferentes etapas de beneficiamento. O processamento inicial é realizado ainda na floresta com a quebra do ouriço. O descascamento, a seleção e a secagem são realizados em usinas, que agregam valor ao produto. Embalagens e marcas incrementam o valor de venda, aliadas a técnicas que estendem seu prazo de validade e possibilitam sua chegada a locais mais distantes. O produto final possui diversas finalidades, sendo principais a culinária e a indústria cosmética.

- Subprodutos: farelo/farinha, óleos, leite vegetal, cosméticos, processado pela indústria alimentícia

- Produtos secundários: ouriço para artefatos e artesanato, casca para fazer estopa, resíduos para compostagem.

Segundo o Observatório da Castanha-da-Amazônia (OCA, 2023), a produção da castanha movimentava mais de R\$ 2 bilhões por ano no país. No entanto, menos de 5% de toda a renda gerada é destinada aos extrativistas. Segundo o mesmo estudo, é estimado que a cadeia envolva mais de 60 mil pessoas de povos e comunidades tradicionais em sete Estados da Amazônia Legal, ao menos 127 organizações comunitárias e aproximadamente 60 empresas de beneficiamento e comercialização.

Dentre os projetos apoiados pelo LIRA, destaca-se a forte atuação nos blocos Norte do Pará e Rondônia-Acre, regiões que tradicionalmente se sobressaem quanto à produção nacional.

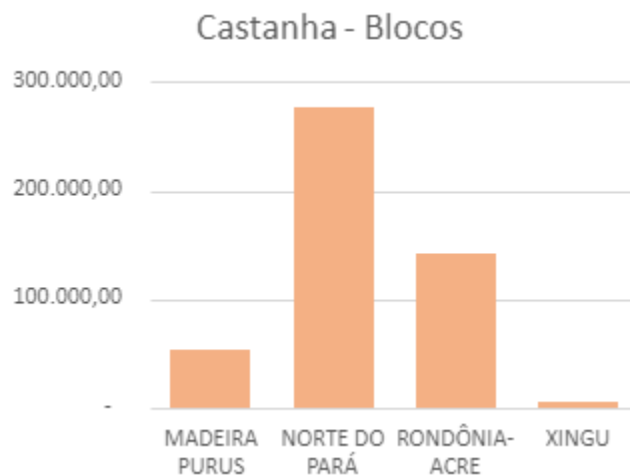


Figura 3: Gráfico que apresenta o recurso investido na cadeia da castanha por blocos territoriais do LIRA

Cerca de 75% do investimento realizado pelo LIRA na cadeia da Castanha foi destinado a ações de beneficiamento. Muitos dos projetos apoiados demandaram a construção de galpões e aquisição de máquinas e equipamentos para o processamento de seus produtos. A comercialização da castanha já descascada agrega valor ao produto final e reduz custos logísticos relacionados ao sobrepeso das cascas. Os aportes na etapa de produção consistiram, principalmente, na aquisição de insumos e serviços de assistência técnica.

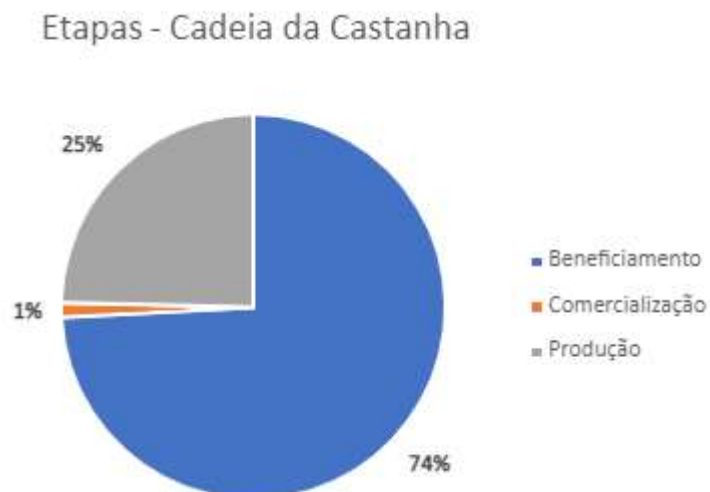


Figura 4: Gráfico da porcentagem de investimento do LIRA na cadeia da castanha por etapa produtiva

As ações desempenhadas pelo LIRA refletem a demanda por melhores condições de beneficiamento da produção. Por isso, metade do valor desembolsado foi revertido em obras e instalações para armazenamento e processamento da castanha. A aquisição de insumos correspondeu, principalmente, à ferramentas, combustíveis e matérias-primas básicas à produção. Parte significativa dos investimentos foi destinada às capacitações (tanto técnicas quanto gerenciais) e ao planejamento produtivo das comunidades.

4.1.1 – Desafios

Além dos desafios associados à toda produção amazônica, a cadeia da castanha ainda enfrenta problemas como a grande presença de atravessadores, pouca padronização dos produtos, demanda instável e alta oscilação de preços. Outros fatores relacionados a técnicas de produção e processamento são entraves para a cadeia. A contaminação devido a ausência de boas práticas de armazenamento e transporte, por exemplo, pode incorrer em perdas produtivas significativas.

4.1.2 – Oportunidades

As principais demandas apontadas pelos projetos apoiados estão relacionadas a carência de infraestrutura para armazenamento e beneficiamento do produto. A gestão destas infraestruturas necessita de maior maturidade organizacional e coletiva, que pôde ser exercitada a partir da experiência da gestão do território e do associativismo.

A aquisição destes recursos atenuou problemas enfrentados como preços baixos e possibilidades reduzidas de comercialização. A aquisição de meios de transporte próprios e maquinários para beneficiamento reduzem custos e aumentam a eficiência do processo produtivo. A capacidade de gestão coletiva tem íntima relação com as possibilidades de avanço nas etapas de cadeia, em direção ao aumento do valor agregado.

Conectar-se a outros elos da cadeia, assim como a outras organizações e redes, também é uma das possibilidades de expansão de atuação e aumento da resiliência das associações e cooperativas, e conseqüentemente, dos territórios. Para que a castanha resista, a floresta ao seu entorno é necessária. Para manter a floresta em pé é preciso remunerar seus guardiões, o primeiro elo dessa cadeia, de maneira justa.

4.1.3 – Caso LIRA

A AMOREMA (Associação dos Moradores da RESEX Mapuá) possui reconhecida atuação territorial, agindo sobre a defesa do meio ambiente e das populações tradicionais no Norte do Pará - a organização é composta por 80% de associadas mulheres. O Projeto Castanheira, apoiado pelo LIRA, teve o objetivo de promover a consolidação da Flota do Paru e o entorno da ESEC do Jari, através da gestão de estratégias de governança territorial e uso sustentado dos recursos naturais. Com o apoio gerencial e recursos aportados, o Projeto Castanheira entregou o Plano de Uso Participativo e o Plano Participativo de Negócios da Sociobiodiversidade, uma micro usina e duas unidades de beneficiamento da castanha (todas equipadas com energia solar), além de prover assistência técnica e capacitações técnicas e gerenciais. As

ações voltadas à cadeia da castanha visaram agregar até 70% de valor ao produto final, com foco na comercialização ao PNAE e PAA.

4.2 – Cacau

O Brasil já foi o segundo maior produtor mundial de cacau. A vassoura de bruxa, fungo que se alastrou pelas plantações, impactou fortemente a produção na década de 1980. Atualmente o país ocupa a sexta posição, com produção de 200 mil toneladas de amêndoas de cacau por ano. Na Amazônia, o estado do Pará está entre os principais produtores, sendo juntamente à Bahia responsáveis por 96% da produção nacional. O apoio do LIRA à cadeia do cacau se restringiu ao bloco Rondônia-Acre.

Grande parte da produção é realizada em pequenas propriedades pela agricultura familiar. Espécie que cresce à sombra de outras árvores, é um cultivo beneficiado pela presença da floresta, estando alinhado aos princípios da bioeconomia e redução do desmatamento. Nos Sistemas Agroflorestais, pode ser consorciado a outras espécies frutíferas, nativas ou de interesse econômico, inclusive na recuperação de áreas degradadas. Por ser um cultivo perene também atua na redução da utilização de fogo e desta forma, na redução das emissões de Gases de Efeito Estufa e na mitigação dos impactos da mudança climática.

A colheita dos frutos é realizada entre os meses de outubro a dezembro. Após o transporte é realizada a quebra da casca e separação das sementes. A casca pode ser utilizada para compostagem e produção de adubo. As sementes são colocadas em uma prensa, onde a polpa extraída é chamada de mel de cacau. O mel possui baixa durabilidade e precisa ser mantido refrigerado para consumo.

As sementes seguem para a caixa de fermentação, processo que dura cerca de duas semanas, em que mudam sua coloração e se tornam amêndoas. A etapa seguinte é a secagem das amêndoas, que passam por seleção e torra. A retirada da casca e a quebra das amêndoas dá origem aos nibs, matéria prima para a produção do

chocolate. Este é um produto que, da fruta ao chocolate, perpassa diversas etapas de beneficiamento. O cacau produzido na região amazônica tende a atender a produção de chocolates finos na ponta da cadeia.

- Subprodutos: mel de cacau; manteiga de cacau; chocolates com diferentes teores de intensidade e qualidades.

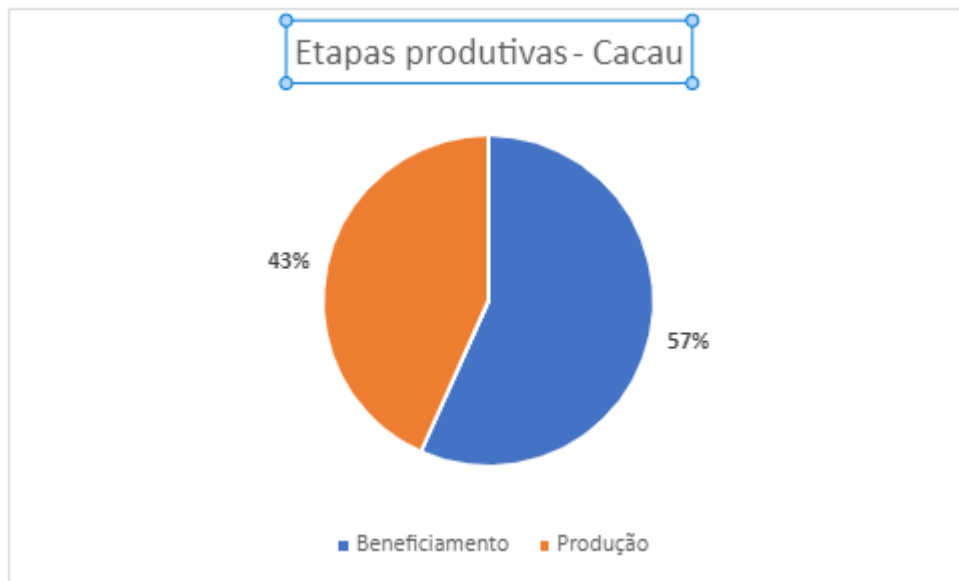


Figura 5: Gráfico da porcentagem de investimento do LIRA na cadeia da cacau pore tapa produtiva

O apoio do LIRA à cadeia teve uma distribuição aproximada para as etapas de produção e beneficiamento. As ações para produção foram concentradas no planejamento produtivo e capacitações técnicas, além da aquisição de veículos para logística das matérias primas. O beneficiamento contou com capacitações técnicas, mas destacou-se a instalação de barracas para secagem e armazéns para a correta estocagem do produto.

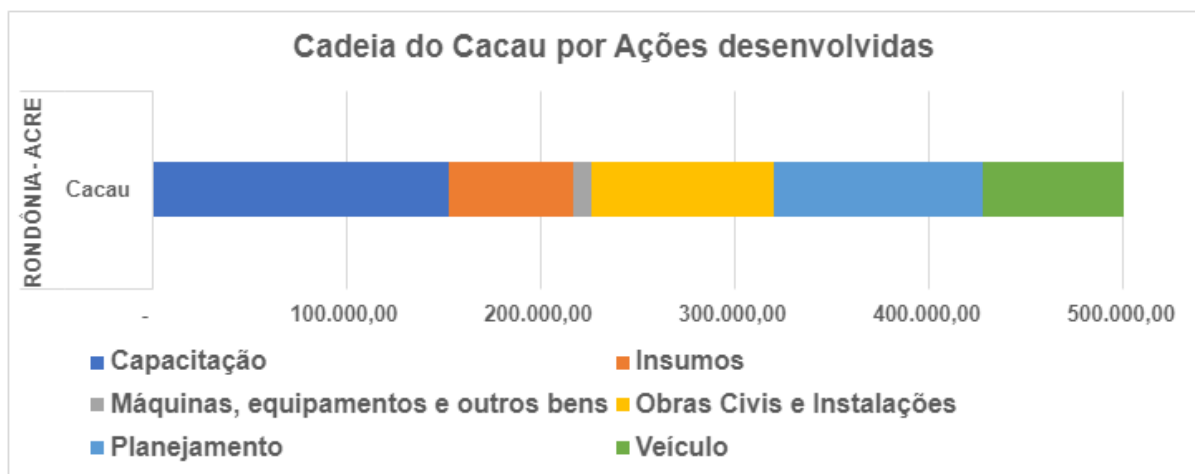


Figura 6: Gráfico representando o investimento do LIRA na cadeia do cacau por ações desenvolvidas.

4.2.1 – Desafios

Um dos grandes desafios para a cadeia do cacau é a adoção de boas práticas nos roçados. A praga vassoura de bruxa ainda é alvo de pesquisas e novas formas de prevenção e contenção do fungo que podem levar ao aumento da produtividade das plantações. O Brasil desceu da segunda à sexta posição na produção mundial e possui grande potencial para escoar sua produção.

O beneficiamento do produto, ou seja, a transformação do nibs em chocolate exige capacitação, aquisição de equipamentos especializados e canais de venda. São processos custosos e que necessitam de alinhamento da comunidade, mas que possuem grande potencial de agregação de valor à cadeia. A durabilidade dos chocolates artesanais é inferior ao dos industrializados, o que torna ainda mais desafiador o componente logístico.

4.2.2 – Oportunidades

O chocolate é um produto muito consumido e apreciado em todo o mundo. A demanda interna da indústria brasileira não é completamente suprida pela produção nacional de cacau. No entanto, toda a cadeia de processamento já encontra-se estabelecida no país, embora nem sempre próxima aos polos produtores.

Por sua versatilidade o cacau pode ser beneficiado e comercializado em diferentes formas (amêndoa, nibs, pó, etc..) e utilizado como matéria prima em diversos produtos industrializados, tanto alimentícia quanto cosmética. Ainda há possibilidades para pesquisa no aumento da produtividade das lavouras e desenvolvimento de novos produtos.

A rastreabilidade de origem e a obtenção de selos de certificação de qualidade podem agregar ainda mais valor ao produto. A depender do método de escoamento e comercialização e da etapa de beneficiamento que se chega na produção, os rendimentos da atividade podem ser superiores aos da pecuária, atuando também como uma estratégia para redução do desmatamento relacionado a esta atividade.

4.2.3 – Caso LIRA

O Projeto Nossa BIO, executado pela organização SOS Amazônia teve como um de seus objetivos a estruturação da cadeia de valor do cacau silvestre na Resex Chico Mendes. A partir dos aportes do LIRA, o projeto recebeu oficinas de capacitação técnica (para produção e beneficiamento), intercâmbios para troca de experiências, Plano de Manejo Participativo e a instalação de 4 barracas para secagem e 2 armazéns para estocagem. Ao adotar práticas de manejo para aumento da produtividade e de beneficiamento das amêndoas na comunidade, espera-se que diminua a pressão humana sobre a floresta - muito afetada na região pela pecuária extensiva. O projeto também prevê parcerias comerciais para garantia de compra da produção, com ênfase na destinação final de chocolates finos, de alto valor agregado.

4.3 – Turismo

Conhecer uma comunidade, experimentar a culinária local, ouvir relatos e contos , são alguns dos elementos que compõem as experiências singulares oferecidas pelo Turismo de Base Comunitária (TBC). Para os projetos beneficiados, essas atividades podem também ser voltadas para o turismo étnico (conhecimento e valorização das culturas locais) ou ecoturismo (quando a floresta se torna a atração principal).

Esse turismo enquanto atividade econômica beneficia as áreas protegidas do entorno na medida em que a própria conservação das florestas é o atrativo para quem contrata os serviços. A ação de manejo adequado de trilhas, florestas e roçados segundo as legislações e normas técnicas é em si um fator de atração de renda para essas comunidades. E as experiências adquiridas pelos visitantes possuem também um caráter pedagógico e de disseminação das boas práticas desenvolvidas. O público alvo desta modalidade de turismo tende a pertencer às classes A e B, com participação expressiva de estrangeiros.

O TBC é uma atividade econômica que envolve diversos membros de uma comunidade. Um amplo leque de serviços é disponibilizado no provimento desta cadeia: transporte de passageiros, preparo de refeições, ofícios de hospedaria, mapeamento e manutenção de trilhas, organização de eventos pedagógicos e culturais, venda de produtos e artesanatos. Ademais, a cadeia do turismo possui intersecção com outras cadeias da sociobiodiversidade, na medida em que a visitação às unidades produtivas pode ser um motivo que origina a busca pelo turismo. Os benefícios gerados por essa atividade são compartilhados por toda a comunidade e também pela floresta.

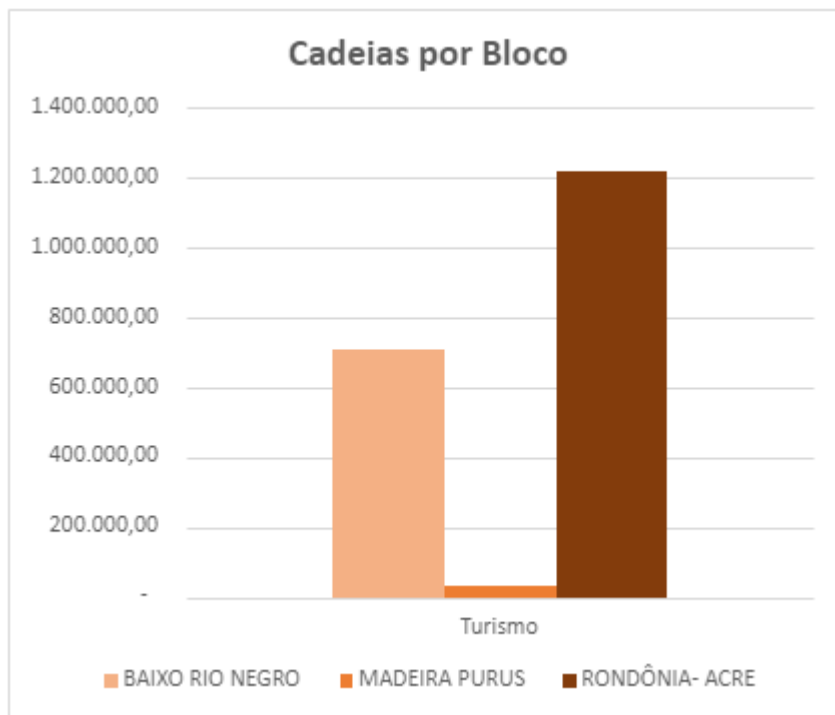


Figura 7: Gráfico que apresenta o recurso investido na cadeia do turismo por blocos territoriais do LIRA

O apoio do LIRA ao turismo se concentrou nos blocos Baixo Rio Negro e Rondônia-Acre. Neste último bloco, os investimentos dos projetos se concentraram nas TIs Sete de Setembro e Igarapé Lourdes com a construção de unidades para hospedagem e redários, mapeamento e abertura de trilhas e capacitações para atendimento a turistas.

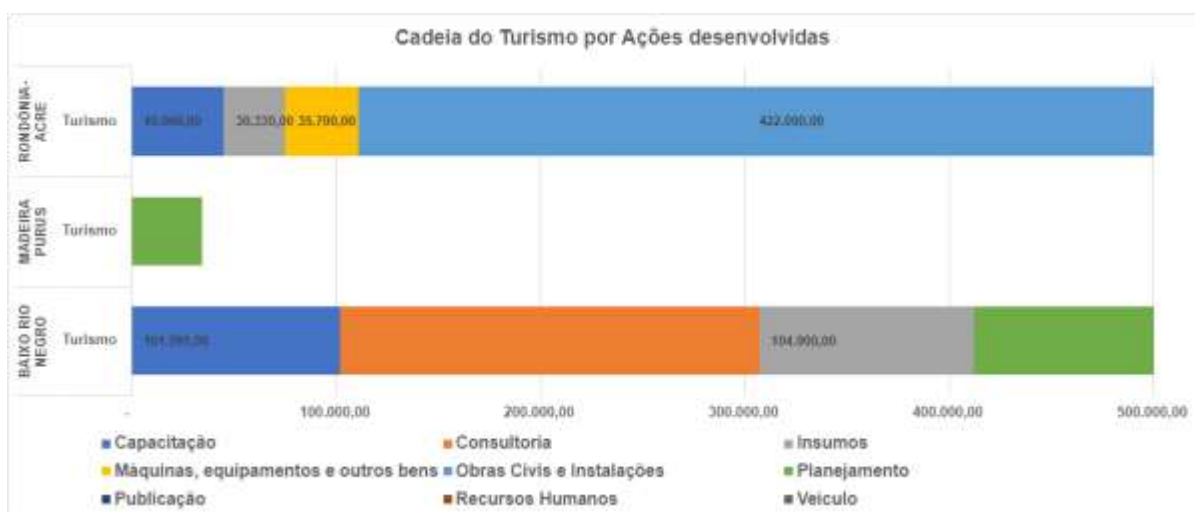


Figura 8: Gráfico representando o investimento do LIRA na cadeia do turismo por ações desenvolvidas.

O grande aporte no bloco Baixo Rio Negro ocorreu em função de sua proximidade com Manaus-AM, capital que tem visto aumentar seu faturamento a partir destas atividades e que serve como base de apoio para visitantes que desejam visitar as áreas protegidas em seu entorno. Os principais investimentos aportados nestes projetos foram utilizados para capacitação, estrutura para hospedagem e ações de planejamento para integração do turismo em diversas áreas protegidas.

4.3.1 – Desafios

Um dos maiores desafios desta cadeia é o acesso ao mercado consumidor. Apesar do turismo de experiências apresentar crescimento, ele ainda está concentrado em grandes plataformas digitais. Ainda são poucos os viajantes que conhecem as possibilidades do TBC quando comparado ao mercado do turismo convencional. A divulgação das comunidades que oferecem este serviço ainda é de baixo alcance.

A atividade turística necessita de infraestrutura de alto custo de implementação, o que pode ser um impedimento para a melhoria e a expansão da atividade. O transporte até as comunidades é impactado tanto pela sazonalidade das águas quanto pelos altos custos e poucas possibilidades logísticas.

4.3.2 – Oportunidades

Uma possibilidade para alavancar esta cadeia é o estabelecimento de parcerias com agências de turismo, empresas, instituições de ensino, organizações socioambientais, através da criação e ampliação de redes. O contexto de crise climática joga cada vez mais atenção sobre o território amazônico, o que pode ampliar o interesse do mercado nacional e internacional.

4.3.3 – Caso LIRA

O Projeto “Rotas e Pegadas: Caminhos Integrados para o Desenvolvimento do Baixo Rio Negro”, coordenado pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) e executado em parceria com diversas organizações de base comunitárias, avaliou as UCs com potencial de visitação no Mosaico para elaboração de um roteiro turístico. O levantamento dos atributos turísticos, a capacitação de profissionais do setor e o desenvolvimento de materiais para apoio de divulgação (mapas, folders e comunicação digital) foram algumas das atividades desenvolvidas.

A divulgação dos atributos turísticos e as boas práticas de visitação teve como objetivo a conservação do patrimônio natural, valorização da cultura local, melhora da qualidade dos serviços de visitação e ordenamento das atividades de uso público nas UCs. A interação com os botos-vermelhos é um dos exemplos de atividade turística já desenvolvida na região, beneficiada por meio de capacitação, educação ambiental, elaboração de plano de negócios e avaliação de impacto da atividade.

Apresentação dos Blocos Territoriais LIRA, a partir das afinidades regionais, especificidades, desafios e oportunidades locais – com foco na análise das cadeias produtivas, mas com destaque a questões de ordem política, territorial, social e ambiental que influem sobre essas cadeias. Analisar intersecções e sinergias de diferentes cadeias e suas etapas produtivas em cada Bloco.

5. CONCLUSÕES

Para compreender os desafios para conservação da Amazônia, é importante conhecer a pluralidade de realidades que compõem esse grande bioma. O tecido social se constrói com uma multiplicidade de visões e de relações com o ambiente, ao que se soma a importância não apenas local, mas também mundial da floresta na regulação climática, na conservação da sociobiodiversidade e na manutenção da cultura e dos saberes locais.

Por essa razão, o desenvolvimento baseado na agricultura e na pecuária extensiva, em contraponto à manutenção de atividades e modos de vida tradicionais baseados na

natureza, atrasa a construção de uma via mais sustentável. O primeiro não se sustenta como alternativa única, além de, frequentemente, causar degradação e desrespeito aos direitos de populações tradicionais e povos indígenas.

Apesar disso, a pressão econômica imposta pelo modo de produção desenvolvimentista tem acarretado o aumento do desmatamento e afetado os direitos, a economia e a cultura de populações locais, tradicionais e indígenas. O garimpo, a grilagem e a agropecuária extensiva são ameaças cada vez mais presentes no território e ocorrem mesmo em áreas legalmente protegidas. Essas ações, por sua vez, estão alicerçadas em políticas governamentais que enfraquecem os órgãos ambientais e os direitos das comunidades. Essas questões só reforçam a necessidade da ampliação da efetividade de gestão das áreas protegidas, para que haja a superação dos desafios e o reconhecimento de oportunidades sustentáveis. Isso envolve um campo imenso de possibilidades associadas à ciência, à educação, à bioeconomia e aos serviços ambientais. Os ativos naturais da Amazônia são capazes de protagonizar uma nova via de desenvolvimento que alie a sabedoria dos povos da floresta à inovação tecnológica, a fim de promover o bem estar das populações locais e, simultaneamente, proporcionar serviços ecossistêmicos que se estendem muito além das fronteiras da floresta.

Os negócios produtivos socioambientais locais, o trabalho das organizações e das associações comunitárias, o poder público, os financiadores internacionais e as grandes organizações ambientalistas têm o potencial de abrir o caminho para essa via sustentável. No entanto, é imprescindível que todos unam esforços para coordenar suas ações e ampliar o impacto que já possuem individualmente.

Para que o apoio a estruturação das cadeias da sociobiodiversidade sejam mais efetivos segue algumas recomendações de ações:

- É necessário que instituições de apoio desenvolvam um conjunto de ações contínuas de aprimoramento dos modelos de negócio das organizações de base

comunitária, a fim de tornar os processos internos de tomada de decisão mais eficientes, consolidar processos de gestão produtiva adequados ao conjunto de normas técnicas e critérios de escolha do mercado vislumbrado – seja ele público ou privado –, mensuração e cálculo dos custos fixos e variáveis e mapeamento e definição de equipe e recursos-chave para operar. Isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas por consultoria especializada, para uso dos associados e cooperados.

- Para o desenvolvimento de negócios comunitários é de fundamental importância a elaboração de um plano estratégico ou de negócios, construído de forma participativa e dinâmica, regularmente revisado e atualizado, com objetivos, estratégias, ações, metas e definição dos mecanismos de acesso à crédito, incluindo administração dos recursos e devolução dos valores até as datas pactuadas. Isso facilita o diálogo com os agentes financeiros e dá mais segurança aos associados do negócio comunitário em suas estratégias produtivas, comerciais e de acesso ao crédito rural.
- Fomento de ações de capacitação em boas práticas de coleta, extração, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, em especial através de cursos, manuais e tecnologias digitais, os quais podem ser importantes instrumentos de apoio para aprimorar o volume e modos de comercialização.
- Tendo em vista que, em muitos casos, há uma presença de grande número de intermediários nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, é essencial que sejam discutidos e implementados mecanismos para aproximar as organizações comunitárias de seus compradores/consumidores finais, a fim de aumentar o

valor agregado territorialmente. Neste sentido, é essencial fomentar redes de ativação de comércio justo e a criação de novos arranjos comerciais.

- A fim de aumentar a participação dos produtos de organizações de base comunitárias nas economias regionais é preciso que haja a criação de alianças comerciais entre diferentes organizações comunitárias, inclusive com organizações de fora das áreas protegidas, de uma mesma região. O objetivo dessas alianças é possibilitar que, juntas, elas tenham produtos em quantidade e qualidade e consigam estabelecer processos logísticos de armazenagem e entrega eficientes que as qualifique para atender a demanda gerada pelas chamadas públicas e pelos diferentes mercados privados.
- É preciso estabelecer estratégias continuadas de educação financeira e educação para crédito rural para que elas tenham condições de acessar linhas de crédito adequadas às suas necessidades de capital de giro, investimento e agregação de valor, dados os contextos ambiental, econômico e social em que estão inseridas. O envolvimento dos agentes financeiros também serve ao objetivo de evidenciar entraves burocráticos que estão impedindo o acesso à determinadas linhas do crédito rural e possibilitar a co-criação entre agentes financeiros, organizações comunitárias e instituições de apoio de soluções processuais para facilitar o acesso à crédito por negócios comunitários.
- A fim de alavancar os processos de capitalização entre as organizações comunitárias, é essencial que instituições de apoio, agentes financeiros e empresas compradoras promovam mecanismos híbridos de financiamento, nos quais, idealmente, recursos não-reembolsáveis possam ser utilizados para facilitar/garantir a aquisição de créditos em volume maior do que o usual, aumentando o nível de recursos à disposição das organizações para investimento, custeio e comercialização.

- É imprescindível que organizações comunitárias e instituições de apoio criem mecanismos para oferecer serviços de assessoria contábil às organizações de base comunitária, especializados em associativismo e cooperativismo, capazes de apoiar essas organizações em seus processos de definição de personalidade jurídica (associação ou cooperativa), contratação de pessoal e pagamento de impostos e, assim, evitar a existência de qualquer pendência junto às Secretarias da Fazenda e Receita Federal que possa inviabilizar a contratação de crédito e comercialização via compras públicas.

Enfim, qualquer estratégia local de desenvolvimento rural deve ser construída de maneira participativa e representativa, incluindo lideranças e atores estratégicos de organizações de base comunitária para sim alcançar o desenvolvimento local, com manutenção dos modos de vida e cultura, conservação da biodiversidade e melhoria na qualidade de vida das pessoas que vivem nas áreas protegidas da Amazônia, que beneficia todo o planeta.